



GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

Marinalva Nunes Fernandes

Gestão, tempo integral e educação do campo não são assuntos separados.

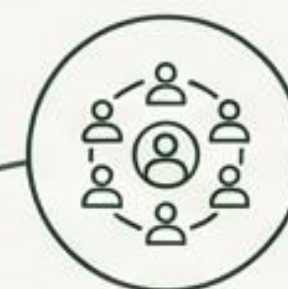
Quando articuladas, essas dimensões deixam de ser políticas isoladas e colocam quatro pilares essenciais no centro do processo educativo:



1. O direito à educação

Gestão Democrática

Educação Integral



2. A participação da comunidade



3. O território

Educação do Campo



4. A formação humana integral

Muito além da urna: a gestão como princípio político-pedagógico.

Mito: Apenas Eleição



A Constituição Federal e a LDB 9394/1996 garantem a gestão democrática como princípio do ensino público e direito de participação.

Não basta levar para o campo um modelo de escola pensado na cidade e chamar isso de democratização.

O Decreto nº 7.352/2010 exige o respeito à diversidade e o controle social mediante participação efetiva da comunidade.

A gestão democrática na escola do campo exige uma gestão territorial.



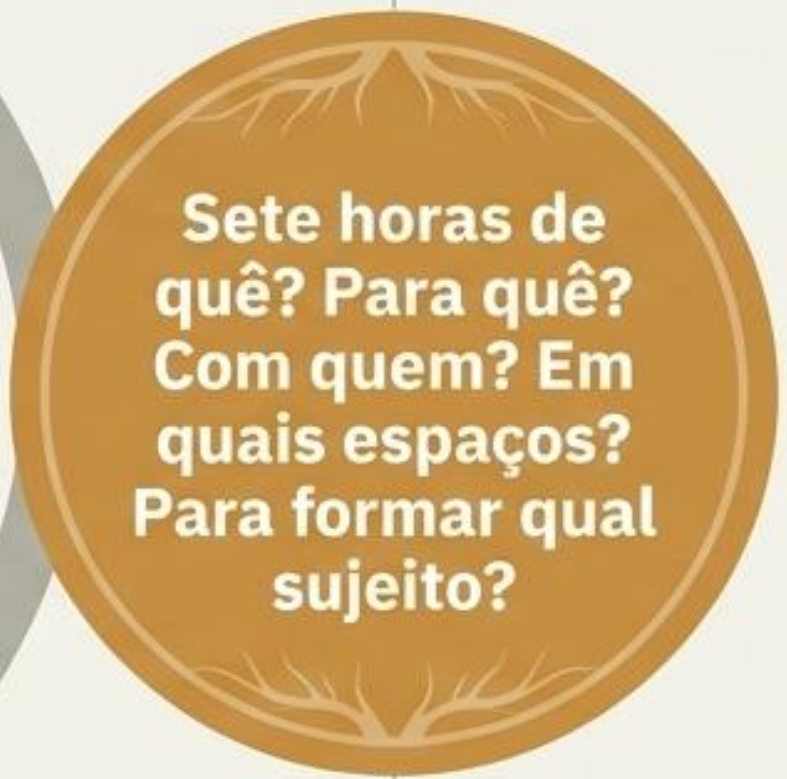
A escola não é uma instituição isolada; ela é parte viva da vida do território.

Mais horas no relógio não garantem a formação integral do sujeito.



**7 horas diárias /
35 horas semanais**

Educação em tempo integral:
Refere-se estritamente à ampliação da jornada escolar (a métrica).



**Sete horas de
quê? Para quê?
Com quem? Em
quais espaços?
Para formar qual
sujeito?**

Educação integral: Refere-se a uma concepção de formação que considera o sujeito em suas múltiplas dimensões (o propósito).



O risco da jornada ampliada: mais horas para os mesmos problemas.

Sem clareza de **projeto**, o tempo integral vira apenas:
mais horas + mesma escola + mesmo currículo + mesmos problemas.

Ampliação da jornada

Mais horas

Mais permanência

Escola como único espaço

Currículo fragmentado

Decisão centralizada

Aluno como destinatário

Modelo único

Educação integral

Mais experiências formativas

Mais oportunidades

Território como espaço educativo

Currículo integrado

Participação

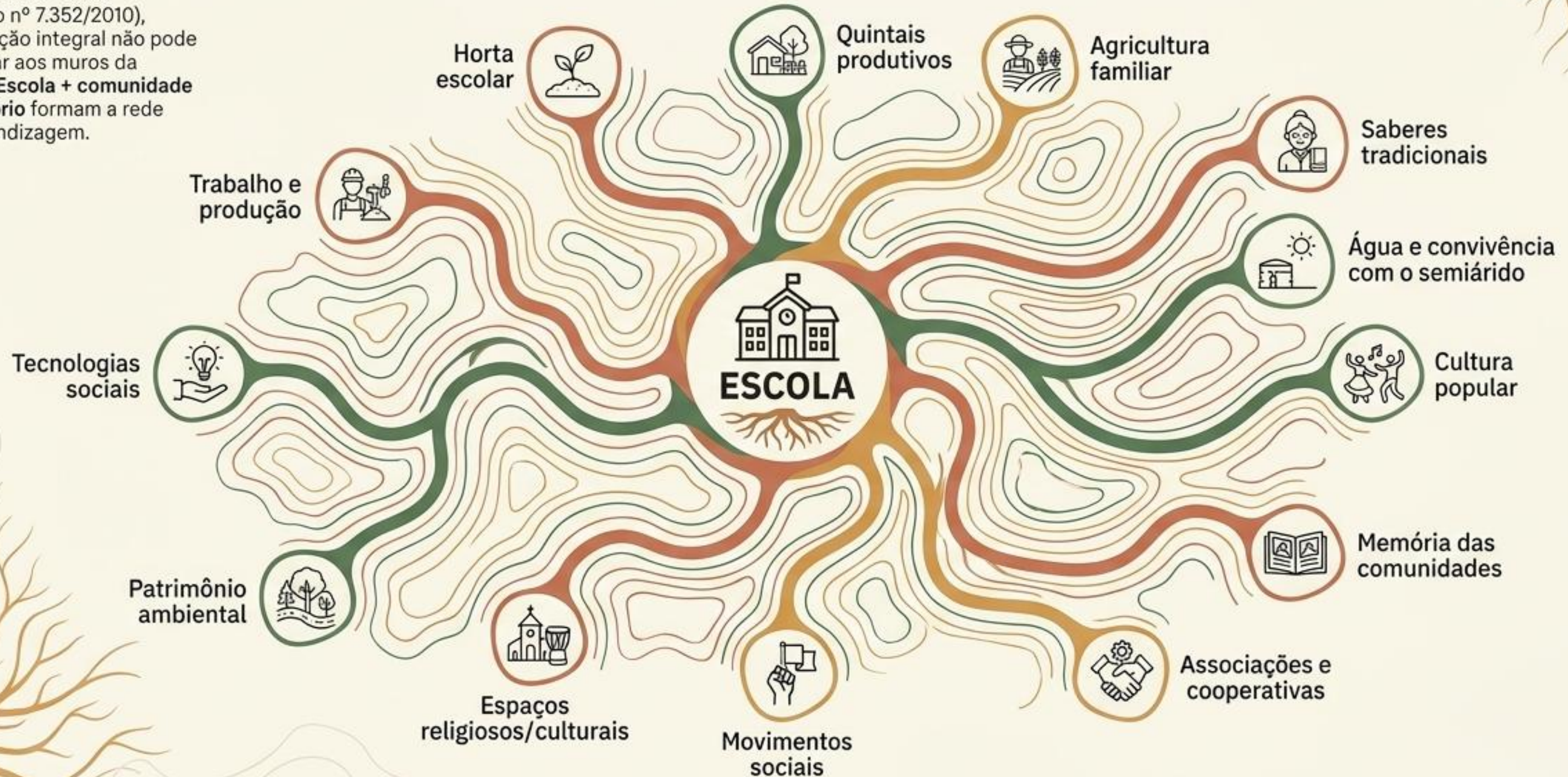
Sujeito de direitos

Respeito às especificidades

**O desafio é construir uma escola que faça sentido para
a vida, o território e o projeto de futuro do estudante.**

Ampliar o tempo educativo significa expandir os espaços, sujeitos e saberes

Se o território educa (Decreto nº 7.352/2010), a educação integral não pode se limitar aos muros da escola. **Escola + comunidade + território** formam a rede de aprendizagem.



A educação integral não acontece sem uma **gestão democrática** para sustentá-la.

~~Normalmente se pensa: gestão organiza educação integral.~~
A realidade: A educação integral **EXIGE** uma **gestão democrática**.



O Projeto Político-Pedagógico é a ponte de encontro das três dimensões.



O Decreto nº 7.352/2010 determina que o PPP considere a **realidade local** e a **diversidade**.

Um PPP verdadeiramente democrático não apenas organiza a escola; ele **expressa um projeto de sociedade e de formação humana** construído coletivamente.

As três perguntas que definem um um PPP genuinamente enraizado.



Democrático: Quem participou da construção?

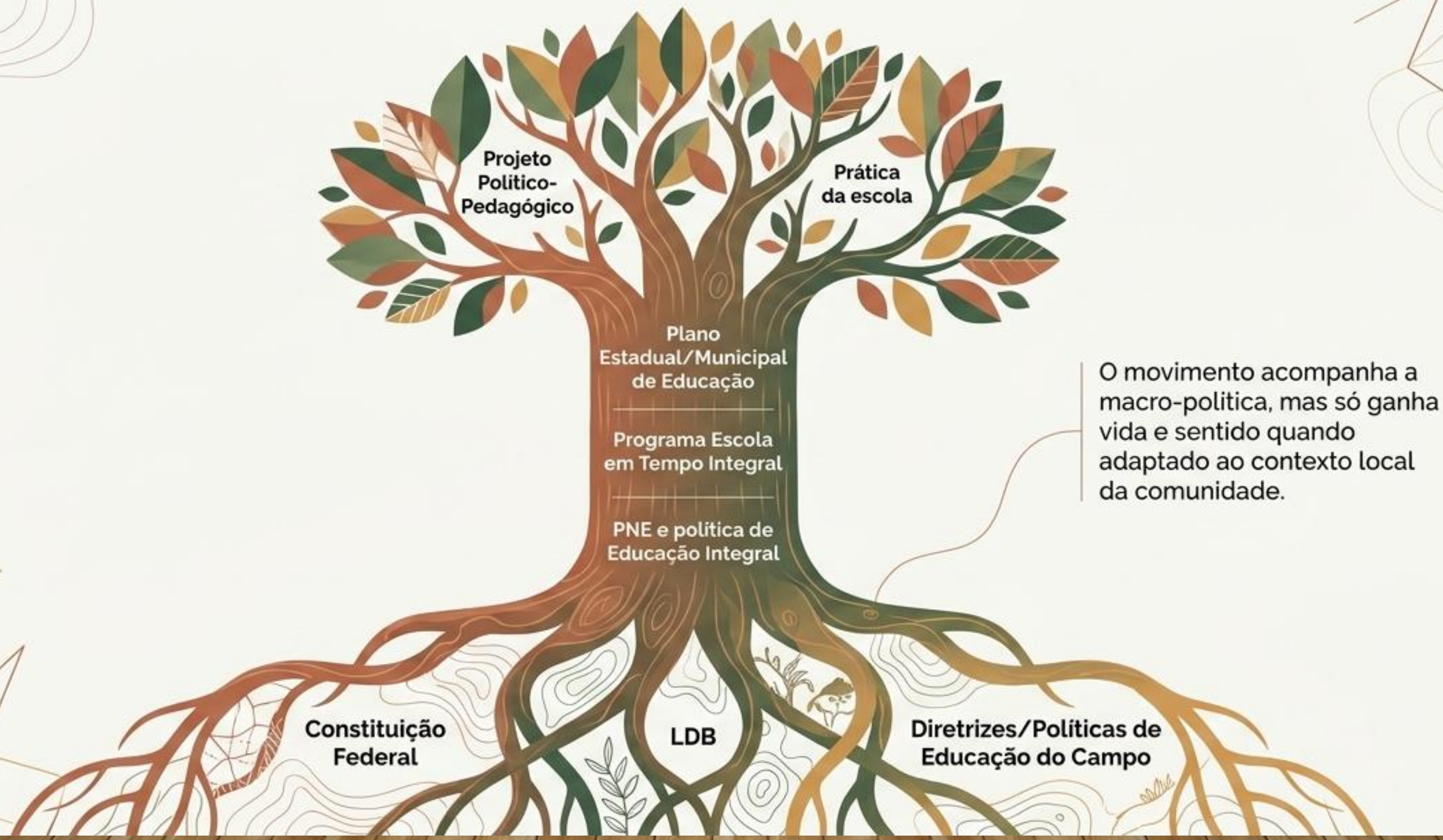


Educação Integral: Que dimensões da formação humana estamos contemplando?



Escola do Campo: Que território, sujeitos, culturas, saberes e modos de vida estamos considerando?

Da lei federal à prática: como a política cria raízes no chão da escola



**Transformando a expansão do tempo em
uma política territorialmente situada.**

Que concepção de educação integral estamos construindo? Que escola do campo queremos fortalecer?

- A gestão democrática dá voz aos sujeitos.

- A educação do campo reconhece seus territórios, identidades e saberes.

- A educação integral amplia as possibilidades de formação humana.

Quando articuladas, constroem uma escola que não apenas está no campo, mas que é, de fato, uma escola do campo.